

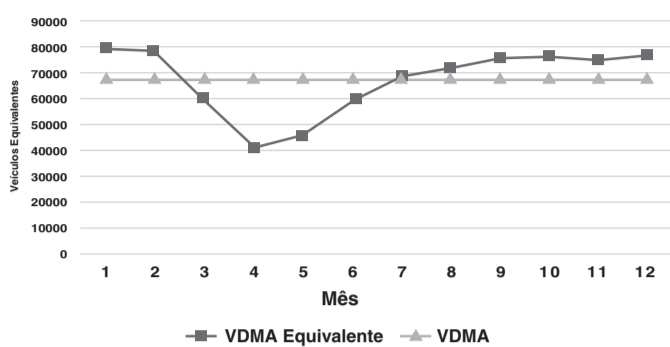
Relatório da Administração 2020

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x il)	2020	2019	Var.
Leves	20.770	25.129	-17,3%
Pesados	3.897	4.260	-8,5%
Total	24.667	29.389	-16,1%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Caracterização do Tráfego: A Companhia apresenta no quadro abaixo o volume diário médio equivalente por mês no ano base, VDM (volume diário médio) e VDMA (volume diário médio anualizado), respectivamente.

Variação mensal do volume no ano base



Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante teve aumento de 1,1% em 2020.

Tarifa Média (em R\$)	2020	2019	Var.
Ecoponte	4,35	4,30	1,1%

com aumento de 7,0% devido, principalmente, à variação do IPCA e à incidência dos Fatores D, C e Q, mecanismos previstos contratualmente para o reequilíbrio econômico-financeiro. De acordo com o Contrato de Concessão, o reajuste estava previsto para ser aplicado a partir de 01 de junho de 2020. A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2020:

Valor da tarifa por praça de pedágio em dezembro (em R\$)		Categoria de veículo												
Praça de Pedágio	Cobrança	1					2					3	4	5
		6	7	8	9	10	11	Especial						
1	R\$	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15	30,10	34,40	38,70	

Lucro líquido: Em 2020, a EcoPonte apresentou lucro líquido de R\$2,8 milhões, redução de 88,1% em relação a 2019. **Endividamento:** A EcoPonte encerrou dezembro de 2020 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto e longo prazo no montante de R\$115,1 milhões e dívida bruta, composta por financiamentos do BNDES e debêntures, no valor de R\$451,0 milhões, sendo 97,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com poder concedente era de R\$0,3 milhão e o saldo com arrendamentos a pagar era de R\$0,5 milhão. A dívida líquida encerrou o ano em R\$335,9 milhões com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA pré-forma em 5,5x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 14, 15, 16 e 18 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2020	31/12/2019	Var.
Curto Prazo	12,7	9,7	31,8%
Debêntures	0,9	1,2	-25,6%
Empréstimos e financiamentos	11,9	8,5	39,6%
Longo Prazo	438,3	405,1	8,2%
Debêntures	230,0	217,1	6,0%
Empréstimos e financiamentos	208,3	188,0	10,8%
Dívida Bruta¹	451,0	414,8	8,7%
Obrigações com Poder Concedente	0,3	0,3	2,4%
Arrendamentos a Pagar	0,5	0,0	n.m.
Endividamento Bruto	451,9	415,1	8,9%
Caixa e equivalentes de caixa + Aplic. Financeiras e Conta Reserva	115,1	210,0	-45,2%
Endividamento Líquido	336,8	205,1	64,2%
Dívida Líquida¹	335,9	204,8	64,0%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos: Os investimentos totalizaram R\$139,7 milhões em 2020 devido à finalização de obras de acesso à Linha Vermelha e obras do acesso à Avenida Portuária.

CAPEX (em milhões de R\$)	2020		Total
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	
Ecoponte	131,9	7,9	139,7

CAPEX (em milhões de R\$)	2020		
	2020	2019	2018
Hardware e equipamentos de pedágio	0,8	1,9	1,2
Máquinas e equipamentos	0,1	0,6	0,4
Contrato de concessão	13,4	22,4	34,9
Intangível em andamento	125,3	230,0	52,2
Software de terceiros	0,2	0,1	0,3
Total	139,7	255,0	89,1

A tabela abaixo demonstra os investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
Intangível	138,8	252,5	381,1
Imobilizado	0,9	2,5	11,8
Total	139,7	255,0	393,0

Valor Adicionado: Em 2020, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$62,9 milhões, isto é, 25,1% de representatividade em relação à receita operacional bruta e 6,7 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$70,3 milhões e a representatividade de 18,4%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Valor adicionado líquido	62,9	70,3	-10,5%
Receita operacional bruta	250,7	381,3	-34,3%
Representatividade	25,1%	18,4%	6,7 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2020 foi de R\$5,7 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
ISS - Imposto Sobre Serviço	5,7	6,7	28,6

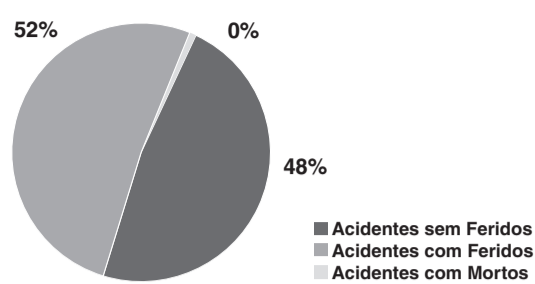
Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. O montante de dividendos e juros sobre capital próprio pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R\$4.904 mil, sendo constituído por (i) R\$1.219 mil de dividendos remanescentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e (ii) R\$3.685 mil referentes aos juros sobre capital próprio remanescente do exercício findo em 31 de dezembro de 2019; ambos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 15 de abril de 2020. O saldo de dividendos no valor de R\$659 mil, está registrado no passivo circulante e a Companhia tem a expectativa de pagá-lo em menos de doze meses, e refere-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Em 2020, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão ISO 9001:2015, 5S e eventos relacionados com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios. **Recursos Humanos:** Em 2020, a Companhia investiu R\$72,7 mil (R\$62,5 mil em 2019) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2020. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDM da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000.

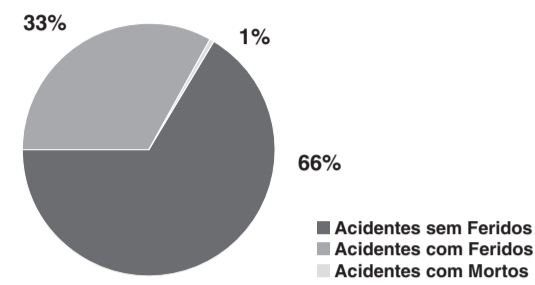
Funcionários alocados na concessão	Qtde	Qtde/100 km
Gerente de tráfego	1	0,15
Analista de tráfego	1	0,15
Controlador de tráfego	4	0,59
Operador de tráfego	6	0,89
Assistente operacional	1	0,15
Guincho leve	37	5,49
Guincho pesado	14	2,08
Médico	11	1,63
Resgatista	49	7,27
Enfermeiro	8	1,19
Total de Pessoal - Operacional	132	19,6
Coordenador de pedágio	1	0,1
Controlador de pedágio	4	0,6
Supervisor de pedágio	1	0,1
Analista de pedágio	1	0,1
Arrecadador	117	17,4
Assistente de pedágio	8	1,2
Total de Pessoal - Pedágio	132	19,6
Total de Pessoal - Concessionária	264	39,2

Indicadores Operacionais - Segurança no Trânsito - Acidentes: Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de Acidentes por gravidade - 2020

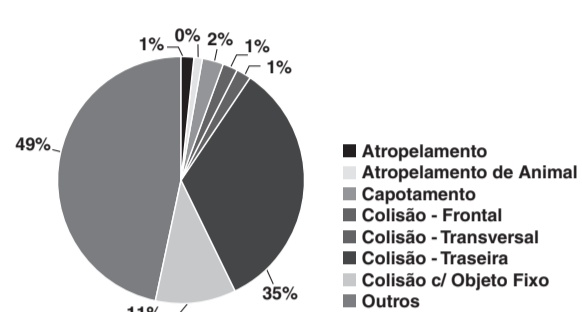


Percentual de Acidentes por gravidade - 2019

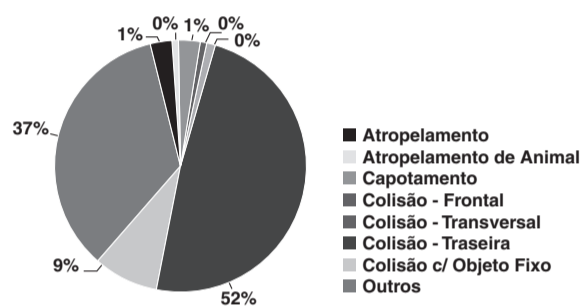


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidentes por tipo - 2020



Acidentes por tipo - 2019



Dados de Operação da Concessão - Veículos Alocados: Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	8	31,3
Guincho leve	10	39,1
Guincho pesado	1	3,9
Guincho super pesado	2	7,8
Ambulância simples - UTI	3	11,7
Total de veículos operacionais	24	93,8
Administração	1	3,9
Caminhão	1	3,9
Segurança do trabalho	1	3,9
Manutenção	1	3,9
Total de veículos de apoio	4	15,6
Total de veículos aplicados na concessão	28	109,4

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa	Referência
Quilômetros da rodovia	25,6 km
Número de veículos que transitaram	Leve: 21.465.484
	+2 eixos: 1.203.631
	+3 eixos: 367.405
	Cat 1: R\$ 4,60
Tarifa	Cat 2: R\$ 9,20
	Cat 3: R\$ 6,90
	Cat 4: R\$ 13,80
	Cat 5: R\$ 9,20
	Cat 6: R\$ 18,40
	Cat 7: R\$ 23,00
	Cat 8: R\$ 27,60
	Cat 9: R\$ 2,30
	Cat 10: R\$ 32,20
	Cat 11: R\$ 36,80
	Cat Especial: R\$ 41,40

Número de praças de pedágio	1 (um)
Número de quilômetros mantidos	25,6 km
Índice de congestionamento	Por velocidade média dos veículos
	Cat 1: 54.615
	Cat 2: 6.558
	Cat 3: 146
	Cat 4: 1.444
	Cat 5: 19
	Cat 6: 822
	Cat 7: 640
	Cat 8: 974
	Cat 9: 1.968
Cat 10: 108	
Cat 11: 2	
Cat Especial: 101	

Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	67.396
Equipes utilizadas pela concessionária	Veículos, Maquinaria, etc.
	Altura da mancha de areia
	Resistência à derrapagem
	Deflexão Característica
Índices de qualidade de estrada	Irregularidade Longitudinal
	Índice de Condição do Pavimento
	Índice de Gravidade Global
Receita de pedágio em 2020	R\$ 107,5 milhões
Custos associados às receitas de pedágio em 2020	R\$ 66,5 milhões

Fator Trabalho	
Número de trabalhadores	264 funcionários
Despesas com pessoal em 2020	R\$ 14,1 milhões

Fator Capital	
Despesas de depreciação em 2020	R\$ 13,8 milhões
Ativo líquido	R\$ 115,1 milhões
Ativo bruto	R\$ 704,4 milhões
Série histórica de investimentos até 2020	R\$ 787,7 milhões
Custo de oportunidade de capital em 2020	8,47%

Fatores Intermediários	
Despesas de administração em 2020	R\$ 13,3 milhões
Despesas com manutenção em 2020	R\$ 4,9 milhões
Outras despesas	R\$ 5,5 milhões

Seguridade	
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 224
	Com feridos: 241
	Com mortos: 21

Indicadores	
Tarifa média	R\$ 4,35
Custo por veículo ou km	R\$ 2,70

Introdução: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. apresenta a seguir o relatório das principais atividades referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Companhia:** A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - EcoPonte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Ilha da Conceição, Niterói/RJ. Em 18 de maio de 2015, a EcoPonte assinou o contrato de concessão para a exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a contar de 1 de junho de 2015. **Destaques operacionais e financeiros:** O volume de tráfego atingiu 24.667 mil veículos equivalentes pagantes em 2020 (-16,1%). A receita líquida atingiu R\$240,7 milhões em 2020. A receita líquida pré-forma (excluindo a receita de construção) totalizou R\$105,0 milhões em 2020 (-14,2%). O EBITDA Pré-forma² totalizou R\$61,5 milhões em 2020 (-23,7%) e a margem EBITDA pré-forma², 58,5%.

Destaques (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Volume de tráfego¹	24.667	29.389	-16,1%
Tarifa Média	4,35	4,30	1,1%
Receita líquida	240,7	369,6	-34,9%
EBITDA Pré-forma²	61,5	80,6	-23,7%
Margem EBITDA Pré-forma²	58,5%	65,9%	-7,3 p.p.
Capex	139,7	255,0	-45,2%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 24.667 mil em 2020, redução de 16,1% em relação a 2019. O tráfego de veículos leves apresentou redução de 17,3% e o tráfego de veículos pesados, diminuição de 8,5% devido às medidas de isolamento social adotadas por Estados e Municípios no combate ao Covid-19 a partir da segunda quinzena de março.

Em novembro de 2020, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da EcoPonte com aumento de 7,0% devido, principalmente, à variação do IPCA e à incidência dos Fatores D, C e Q, mecanismos previstos contratualmente para o reequilíbrio econômico-financeiro. De acordo com o Contrato de Concessão, o reajuste estava previsto para ser aplicado a partir de 01 de junho de 2020. A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo em 31 de dezembro de 2020:

Valor da tarifa por praça de pedágio em dezembro (em R\$)		Categoria de veículo												
Praça de Pedágio	Cobrança	1					2					3	4	5
		6	7	8	9	10	11	Especial						
1	R\$	4,30	8,60	6,45	12,90	8,60	17,20	21,50	25,80	2,15	30,10	34,40	38,70	

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$250,7 milhões em 2020, redução de 34,3% em relação ao ano anterior devido, principalmente, à redução da receita de construção. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$10,0 milhões, redução de 14,7% em relação a 2019. **Receitas de Pedágio:** R\$ 107,5 milhões em 2020, redução de 15,0% (R\$19,0 milhões), devido, principalmente, ao menor volume de tráfego causado pelos impactos das medidas restritivas de isolamento no combate ao Covid-19. **Receitas Acessórias:** R\$ 7,5 milhões em 2020, redução de R\$0,1 milhão (-1,4%), em função da diminuição dos contratos de painéis publicitários. **Receita de Construção:** R\$ 135,7 milhões em 2020, redução de 45,1% (R\$111,5 milhões), devido à conclusão das obras de acesso à Linha Vermelha.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2020	2019	Var.
Receitas de Pedágio	107,5	126,5	-15,0%
Receitas Acessórias	7,5	7,6	-1,4%
Receita de Construção	135,7	247,2	-45,1%
Total	250,7	381,3	-34,3%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.494,4 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2020.

Para mais informações sobre Receita líquida, vide Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2020	2019	Acumulado até 2018
Receitas de Pedágio	1075	126,5	545,1
Receitas Acessórias	7,5	7,6	38,8
Receita de Construção	135,7	247,2	278,6
Total	250,7	381	

Balanco Social

1 - Base de cálculo	2020			2019		
	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Faturamento Bruto	250.655			381.265		
Receita líquida (RL)	240.696			369.594		
Resultado Operacional (RO)	38.484			44.323		
Folha de Pagamento bruta (FPB)	14.110			13.923		
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	14.110			13.923		
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0			0		
2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.660	12%	1%	1.541	11%	0%
Encargos sociais	2.310	16%	1%	2.417	17%	1%
Previdência privada	127	1%	0%	162	1%	0%
Saúde	1.866	13%	1%	1.778	13%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	0	0%	0%	0	0%	0%
Educação	7	0%	0%	2	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	73	1%	0%	62	0%	0%
Creches ou auxílio creche	21	0%	0%	21	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	835	6%	0%	688	5%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	6.899	49%	3%	6.671	48%	2%
3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	216	2%	0%
Saúde e saneamento	222	2%	0%	108	1%	0%
Esporte	300	2%	0%	54	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	216	2%	0%
Outros	787	6%	0%	81	1%	0%
Total de contribuições à sociedade	1309	9%	1%	675	5%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	1.309	9%	1%	675	5%	0%
4 - Indicadores ambientais	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	391	3%	0%	897	6%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1496	11%	1%	1080	8%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.887	13%	1%	1.977	14%	1%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%			() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de colaboradores ao final do período		264			263	
Tempo de serviço		13% até seis meses 9% de seis meses a um ano 10% entre um e dois anos 64% entre dois e cinco anos 4% mais de cinco anos			18% até seis meses 11% de seis meses a um ano 12% entre um e dois anos 58% entre dois e cinco anos 1% mais de cinco anos	
Nº de admissões durante o período		32			33	
Nº de demissões durante o período		35			29	
Nº de colaboradores terceirizados		0			826	
Nº de estagiários (as)		0			1	
Nº de colaboradores com até 18 anos		5			1	
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos		42			44	
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos		146			150	
Nº de colaboradores acima de 45 anos		41			40	
Nº de mulheres que trabalham na Conc.		61			60	
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres		0,0			0,4	
Remuneração paga a mulheres no período		1.947			1.452	
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária		37			112	
% de cargos gerenciais ocupados por negros		0			0	

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades esp.	6	8
Total de horas extras trabalhadas	21.041	24.147
Total de horas extras pagas	278.497	24.147
Total de INSS pagos	1.758	2.252
Total de FGTS pago	557	549
Total de Contribuição Sindical paga	168	178
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	1.409	8.175
Total de CSLL recolhidos no período	767	3.204
Total de PIS recolhidos no período	781	889
Total de COFINS recolhidos no período	3.655	4.131
Total de outros tributos recolhidos no período	5.742	6.698

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	60,00%	28,61%

Número total de acidentes de trabalho	5	5
---------------------------------------	---	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA	() direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	97,75% na PROCONAR 0% no PROCON 2,25% na Justiça	96,0% na Concessionária 0,00% no PROCON 4,0% na Justiça
--	--	---

Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do Valor Adicionado	16,8% governo 4,1% acionistas 20,7% colaboradores 58,4% terceiros	29,4% governo 32,0% acionistas 19,1% colaboradores 19,5% terceiros

Relacionamento com os Auditores Independentes: Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2020: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2020 totalizaram R\$171,3 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2020.

Niterói, 10 de março de 2021.

A Administração

Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Notas Explicativa		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Receita Líquida	23	240.696	369.594
Custo dos serviços prestados	24	(188.900)	(313.713)
Lucro Bruto		51.796	55.881
Recargas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(13.311)	(11.557)
Outras recargas (despesas), líquidas		(1)	(1)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		38.484	44.323
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	25	4.120	2.714
Despesas financeiras	25	(38.325)	(13.813)
		(34.205)	(11.099)
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		4.279	33.224
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	13.b)	(1.497)	(11.959)
Diferidos	13.a)	(9)	2.110
		(1.506)	(9.849)
Lucro Líquido do Exercício		2.773	23.375
Lucro por Ação (Em R\$) - Básico e Diluído	26	0,02	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Exercício	2.773	23.375
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Exercício	2.773	23.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	107.454	126.478
Com construção	135.710	247.193
Outras receitas	7.491	7.594
	250.655	381.265
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo dos serviços prestados	(164.680)	(287.728)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(9.205)	(7.419)
Outras	-	-
	(173.885)	(295.147)
Valor Adicionado Bruto	76.770	86.118
Depreciações e Amortizações	(13.826)	(15.757)
Outras	(23)	(79)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Companhia	62.921	70.282
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	4.120	2.714
Valor Adicionado Total a Distribuir	67.041	72.996
Distribuição do Valor Adicionado	67.041	72.996
Pessoal	14.110	13.923
Remuneração direta	9.749	9.953
Benefícios	3.808	3.380
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	553	590
Impostos, taxas e contribuições	11.443	21.441
Federais	5.701	14.742
Municipais	5.742	6.699
Remuneração de capitais de terceiros	38.715	14.257
Juros	23.106	4.736
Aluguéis	390	444
Outros efeitos financeiros	15.219	9.077
Remuneração de capitais próprios	2.773	23.375
Juros sobre o capital próprio	-	4.331
Reserva legal	139	1.169
Orçamento de capital	1.975	16.654
Dividendos mínimos obrigatórios	659	1.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa			Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	88.565	183.498	Fornecedores	5.900	8.119	
Aplicações financeiras	7	3.958	17.348	Empréstimos e financiamentos	14	11.877	8.510
Aplicações financeiras - conta reserva	8	4.417	2.268	Debêntures	15	859	1.154
Clientes	9	4.707	5.627	Arrendamentos a pagar	16	69	20
Tributos a recuperar		1.449	307	Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.475	2.869
Despesas antecipadas		868	1.015	Obrigações sociais e trabalhistas		2.506	2.301
Partes relacionadas	17	67	-	Partes relacionadas	17	728	12.693
Outros créditos		137	167	Obrigações com Poder Concedente	18	297	290
Total do ativo circulante		104.168	210.230	Provisão para imposto de renda e con tribuição social	13.c)	-	91
				Dividendos a pagar e juros sobre o capital próprio a pagar	22.d)	659	4.904
				Provisão para manutenção	20	14.221	12.198
				Provisão para construção de obras futuras	19	138	13
				Outras contas a pagar		50	-
				Total do passivo circulante		38.779	53.162
				Não Circulante			
				Empréstimos e financiamentos	14	208.254	188.034
				Debêntures	15	230.044	217.079
				Arrendamentos a pagar	16	457	9
				Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	21	33	4
				Provisão para manutenção	20	17.613	15.693
				Provisão para construção de obras futuras	19	1.185	767
				Outras contas a pagar		5.641	4.004
				Total do passivo não circulante		463.227	425.590
				Patrimônio Líquido			
				Capital social	22.a)	147.368	147.368
				Reserva de lucros - legal	22.c)	8.554	8.415
				Reserva de lucros - orçamento de capital	22.e)	46.768	44.793
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		146	146
				Total do patrimônio líquido		202.836	200.722
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		704.842	679.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais - R\$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2020		31/12/2019	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	2.773	23.375	(11.965)	6.473
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa			1.687	737
Íquido gerado pelas				

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Capital social	Reservas de lucros		Reserva de capital		Lucros acumulados	Total
		Legal	de Capital	Plano de opção	combase em ações		
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	120.000	7.246	28.139	146	-	-	155.531
Aumento de capital.....	27.368	-	-	-	-	-	27.368
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	23.375	23.375
Destinação do lucro:							
Reserva legal.....	-	1.169	-	-	-	(1.169)	-
Orçamento de capital.....	-	-	16.654	-	-	(16.654)	-
Juros sobre o Capital Próprio (R\$0,03 por ação).....	-	-	-	-	-	(4.331)	(4.331)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,01 por ação).....	-	-	-	-	-	(1.221)	(1.221)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	147.368	8.415	44.793	146	-	2.773	200.722
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	2.773	2.773
Destinação do lucro:							
Reserva legal.....	-	139	-	-	-	(139)	-
Orçamento de capital.....	-	-	1.975	-	-	(1.975)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,004 por ação).....	-	-	-	-	-	(659)	(659)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	147.368	8.554	46.768	146	-	-	202.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Ecoponte" ou "Companhia"), foi constituída em 24 de março de 2015, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária da BR-101/RJ: Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha), "Ponte Rio-Niterói", mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Travessa Mário Neves, nº 1, Bairro Ilha da Conceição, no município de Niterói-RJ. Em 18 de maio de 2015, a Ecoponte, assinou o contrato de concessão para a exploração da Infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e conservação e implantação de melhorias do sistema rodoviário, mediante a cobrança de tarifa de pedágio, no prazo de 30 anos, a partir de 1 de junho de 2015. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 18. A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de março de 2021. a) Impactos Covid-19: Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e servirão para mitigar os impactos da pandemia para os próximos meses. A Companhia adotou as seguintes medidas: • Postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Medida Provisória nº 927, publicada em 22 de março de 2020, referente às competências de março, abril e maio, pagos a partir de julho de 2020 e parcelados em seis (6) vezes, de julho até dezembro de 2020; • Adesão da Medida Provisória nº 936, publicada em 1º de abril de 2020 com redução salarial e jornada de trabalho em até 40% nos meses de maio e junho de 2020; • Redução das alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos (Sistema S) no período compreendido entre abril e junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 932, publicada em 31 de março de 2020; • Utilização do fundo inominado da Previdência Privada para pagar as faturas do benefício de maio a agosto de 2020; • Postergação do recolhimento do Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") relativos à competência março e abril para os meses de setembro e outubro/2020, respectivamente, conforme portaria nº 139 do Ministério da Economia publicada em 3 de abril de 2020; • Postergação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços ("ISS") em conformidade com os decretos divulgados de cada município; e • Adesão ao *standstill* do BNDES aprovado em março de 2020 como medida socioeconômica de execução imediata com a suspensão temporária por um prazo de até 6 (seis) meses de amortizações de empréstimos contratados. A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo: • desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial; • o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e • se incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19. No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística ("EIL") criou comitês de crise, incluindo pessoas chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionários que possam realizar suas atividades fora das instalações da Companhia. O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parceiras juntaram-se as concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de máscaras, entrega de kits de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis. Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias. As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais. Na data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou teste de *impairment* (vide Nota Explicativa nº 12) e não identificou impacto nos resultados.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. Principais Políticas Contábeis: As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingo ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O méto-

do da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 25). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do devedor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar

deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota Explicativa nº 13, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020Z, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. c) Provisões gerais: As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados em despesa no período em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados em cada contrato de concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômico futuro fluir para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI); no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. g) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas: Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2020 pelo "*International Accounting Standards Board* - IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC 00(R2) (vigência a partir de 01/01/2020)	Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (<i>Conceptual Framework</i>) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.	A Administração da Companhia avaliou os impactos do IFRS e sua adoção não provocou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

h) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 17 - Contratos de seguros (vigência a partir de 01/01/2023)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11). A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O modelo geral utiliza premissas atuais para estimativa de valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros de mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 17 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 1 - Classificação de passivos como Circulantes ou não Circulantes (vigência a partir de 01/01/2023, sendo permitida adoção antecipada)	As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 3 - Referência a Estrutura Conceitual (vigência a partir de 01/01/2022, porém permite adoção antecipada, desde que adote todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes)	As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo do IFRIC 21 - Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição. Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios).	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IFRS 3 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alterações à IAS 16 - Imobilizado - Recursos antes do uso pretendido (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondente custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 32 - Estoques. As alterações esclarecem ainda o significado de "testar se um ativo está funcionando adequadamente". Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para alugar de terceiros, ou para fins administrativos. Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente incluam(m) esses recursos e custos.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.
Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida a adoção antecipada)	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato). As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são representados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.	A administração da Companhia está avaliando os impactos da IAS 37 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 (vigência a partir de 01/01/2022, sendo permitida adoção antecipada)	As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas: IFRS 1 - Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A alteração prevê medida adicional para uma controladora que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controladora que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a). IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: A alteração esclarece que ao aplicar o teste de "10%" para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte. A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez. IFRS 16 - Arrendamentos: A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida. IAS 41 - Agricultura: A alteração exclui a exigência na IAS 41 para entidades em excluir os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo. Isso alinha a mensuração do valor justo na IAS 41 às exigências na IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo para fins de uso de fluxos de caixa e taxas de desconto internamente consistentes e permite que os preparadores determinem se devem usar fluxos de caixa antes ou depois dos impostos e taxas de desconto para a mensuração do valor justo mais adequada. A alteração é aplicável prospectivamente, isto, mensurações de valor justo na ou após a data em que a entidade aplica inicialmente a alteração.	A Administração da companhia está avaliando os impactos da IFRS 1, da IFRS 9, da IFRS 16 e da IAS 41 e entende que suas adoções não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstrações do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

4. Principais Usos de Estimativas e Julgamentos: A Administração da Companhia elaborou julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período financeiro, estão contempladas a seguir: • Taxa de desconto: A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos; • Taxa de amortização: A determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: A determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • Impairment: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Contabilização do Contrato de Concessão: Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. Determinação das receitas de construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos dos empréstimos: Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.e, o Grupo capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção e construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,90% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada no Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 19 e 20. b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

5. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas: As normas, alterações e interpretações existentes com adoção inicial em 1º de janeiro de 2020 não tem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa - Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos.....	2.615	4.284
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a).....	85.776	179.053
Aplicações automáticas (b).....	174	161
	88.565	183.498

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor. Em virtude do cenário declarado pela OMS em março de 2020 o surto do COVID-19 e visto que os governos têm tomado medidas restritivas, cujo potencial de afetar a economia é significativo as incertezas do mercado econômico, a companhia preservando a transparência e o conservadorismo dos ativos financeiros e visando a gestão de caixa passou por uma revisão nas aplicações financeiras, readequando a carteira do fundo de investimento para assegurar o caixa da Companhia. O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em

determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos. Em 31 de dezembro de 2020 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,4% em Operações Compromissadas (vide Nota Explicativa nº 7). (Em 31 de dezembro de 2019 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 44,0% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 8,8% em Operações Compromissadas, 47,2% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,0% em 31 de dezembro de 2020 (Em 31 de dezembro de 2019 era 98,0%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

	31/12/2020	31/12/2019
Recursos não vinculados.....	3.958	17.348
	3.958	17.348

Os recursos referem-se a aplicações financeiras em LTN over (Letras do Tesouro Nacional) remunerado à taxa de 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. As referidas aplicações possuem liquidez imediata.

8. Aplicações Financeiras - Conta Reserva - Vinculados: As aplicações financeiras - conta reserva são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de investimento.....	22.574	9.129
	22.574	9.129
Circulante.....	4.417	2.268
Não circulante.....	18.157	6.861

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média de 121,0% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (95,1% em 31 de dezembro de 2019) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplica-

	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	17,1	9,8	10,0	23,0	-	-

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custo						
Saldos em 31/12/2019.....	6.855	3.629	974	990	-	12.448
Adições.....	840	70	4	-	-	914
Transferências.....	-	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2020.....	7.695	3.698	978	990	-	13.361
Depreciação						
Saldos em 31/12/2019.....	(2.476)	(1.131)	(252)	(544)	-	(4.403)
Adições.....	(1.244)	(360)	(98)	(228)	-	(1.930)
Saldos em 31/12/2020.....	(3.720)	(1.491)	(350)	(772)	-	(6.333)
Residual						
Em 31/12/2020.....	3.975	2.207	628	218	-	7.028
Em 31/12/2019.....	4.379	2.498	722	446	-	8.045

	20,0	10,0	10,0	10,0	20,0	-
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	10,0	20,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %.....	5,4	6,3	7,5	4,0	6,8	-
Custo						
Saldos em 31/12/2018.....	4.994	3.509	643	821	-	9.967
Adições.....	1.861	120	331	169	-	2.481
Saldos em 31/12/2019.....	6.855	3.629	974	990	-	12.448
Depreciação						
Saldos em 31/12/2018.....	(1.547)	(781)	(185)	(274)	-	(2.787)
Adições.....	(929)	(350)	(67)	(270)	-	(1.616)
Saldos em 31/12/2019.....	(2.476)	(1.131)	(252)	(544)	-	(4.403)
Residual						
Em 31/12/2019.....	4.379	2.498	722	446	-	8.045
Em 31/12/2018.....	3.447	2.728	458	547	-	7.180

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

12. Intangível - Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	Contratos de concessão (i)	Intangível em andamento (iii)	Softwares de terceiros	Direito de uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	(i)	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	21,7	-	-
Custo					
Saldos em 31/12/2019.....	205.651	273.083	2.254	82	481.070
Adições.....	13.828	117.477	192	-	131.497
Baixas.....	(25)	(33)	-	-	(58)
Transferências.....	256.701	(256.700)	-	-	1
Adoção CPC 06 (R2).....	-	-	-	621	621
Saldos em 31/12/2020.....	476.155	133.827	2.446	703	613.131
Amortização					
Saldos em 31/12/2019.....	(31.226)	-	(1.377)	(64)	(32.667)
Adições.....	(11.262)	-	(510)	(124)	(11.896)
Baixa.....	(1)	-	-	-	(1)
Saldos em 31/12/2020.....	(42.489)	-	(1.887)	(188)	(44.564)
Residual					
Em 31/12/2020.....	433.666	133.827	559	515	568.567
Em 31/12/2019.....	174.425	273.083	877	18	448.403

	20,0	20,8	20,0	20,8	20,0	20,8
Taxa anual de amortização - %.....	20,0	20,8	20,0	20,8	20,0	20,8
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(ii)	-	20,8	-	-	-
Custo						
Saldos em 31/12/2018.....	235.936	55.338	1.986	-	-	293.260
Adições.....	(42.240)	230.025	123	-	-	187.728
Transferências.....	12.135	(12.280)	145	-	-	-
Adoção CPC 06 (R2).....	-	-	-	82	-	82
Saldos em 31/12/2019.....	205.651	273.083	2.254	82	-	481.070
Amortização						
Saldos em 31/12/2018.....	(17.604)	-	(922)	-	-	(18.526)
Adições.....	(13.622)	-	(455)	(64)	-	(14.141)
Saldos em 31/12/2019.....	(31.226)	-	(1.377)	(64)	-	(32.667)
Residual						
Em 31/12/2019.....	174.425	273.083	877	18	-	448.403
Em 31/12/2018.....	218.332	55.338	1.064	-	-	274.734

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como melhorias na Alça Linha Vermelha, desapropriação da Alça Linha Vermelha e Av. Portuária e inspeções, reabilitação e recuperação em pavimentos e obras de artes especiais. (ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2020 foram 2,40% a.a. (6,00% a.a. em 31 de dezembro de 2019). (iii) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como obras da construção, melhorias e desapropriações da Alça de ligação Av. Portuária e Linha Vermelha e consultoria de apoio de obras de ampliação e conservação de obras de artes especiais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram capitalizados R\$4.242 referentes a encargos financeiros (R\$9.832 em 31 de dezembro de 2019) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio financeiro e debêntures. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção do resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou Free Cash Flow to Firm) e as perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (Weighted Average Cost of Capital) foi determinado considerando alavancagem média e betas médios obtidos de amostras de empresas compará-

ções possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

9. Clientes: Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	31/12/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico (a).....	4.320	4.866
Receitas acessórias (b).....	1.013	1.308
Outras contas a receber.....	40	171
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c).....	(666)	(718)
	4.707	5.627

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão. (c) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer.....	4.720	5.452
Vencidos:		
Até 30 dias.....	-	175
Acima de 120 dias.....	653	718
	5.373	6.345

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício.....	718	627
Valores recuperados e baixados.....	(90)	(6)
Constituição de PECLD.....	38	97
Saldo no fim do exercício.....	666	718

	31/12/2020	31/12/2019
10. Depósitos Judiciais: A natureza dos depósitos judiciais são:		
Natureza		
Cível.....	996	-
Trabalhista.....	10	10
	1.006	10

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício.....	10	10
Adições.....	993	-
Atualização monetária.....	3	-
Saldo no fim do exercício.....	1.006	10

11. Imobilizado - Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	
--	-----------	-------------------------	---------------------	--

	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2019	Adi- ções	Bai- xas	31/12/2020	31/12/2020
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	31	4	(22)	13	(18)
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1	9	-	10	9
Provisão para manutenção	9.484	3.995	(2.654)	10.825	1.341
Juros Capitalizados	(3.649)	(1.442)	82	(5.009)	(1.360)
Outros	58	19	-	77	19
IR e CS diferido - ativo/passivo	5.925	2.585	(2.594)	5.916	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					(9)

Em atendimento ao CPC Tributos sobre o Lucro, item 73, registramos R\$5.916 no ativo não circulante. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	31/12/2020	31/12/2019
	Ativo	Ativo
2020	-	1.233
2021	1.184	1.173
2022	1.184	1.173
2023	1.184	1.173
2024	1.182	1.173
2025	1.182	-
	5.916	5.925

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social. Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	4.279	33.224
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(1.455)	(11.297)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Lucros não realizados		
Gratificações/PPR diretores	(72)	(96)
Juros sobre o capital próprio	-	1.473
Despesas indedutíveis	(3)	(3)
Incentivos fiscais (PAT)	34	217
Outros	(10)	(143)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.506)	(9.849)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.497)	(11.959)
Impostos diferidos	(9)	2.110
Taxa efetiva	35,2%	29,6%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	91	440
Despesa IR/CS DRE	1.497	11.960
Total de IR/CS pagos	(1.588)	(12.309)
Saldo no fim do exercício	-	91

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2020		31/12/2019	
Em moeda nacional:						
Finem BNDES	08/2032 TJLP+3,48% a.a.		60.260	59.222	121.237	118.812
Finem BNDES	12/2032 TJLP+3,48% a.a.		38.634	18.510	220.131	196.544
Finem BNDES	06/2034 TJLP+3,48% a.a.		11.877	8.510	208.254	188.034
Circulante			11.877	8.510		
Não circulante			208.254	188.034		

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2020	31/12/2019
2021	-	9.085
2022	12.118	9.974
2023	13.110	10.896
2024	14.226	11.960
2025	15.399	13.072
2026	16.635	14.251
Posterior a 2026	136.766	118.796
	208.254	188.034

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	196.544	79.871
Adições	19.763	118.660
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	16.893	13.627
Pagamento principal	(4.444)	(2.734)
Pagamento de juros	(8.625)	(12.880)
Saldo no fim do exercício	220.131	196.544

Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.

Devedora: (i) A razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30. Da garantidora Ecorodovias Concessões: (i) Razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado abaixo.

	Exigido	Medido
Índices financeiros Ecoponte		
Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	33,3%
ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	2,64
Dívida líquida/EBITDA ajustado (Controladora - Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.)	≤ 4,00	2,83

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas	
A	107.465	62.649	5.531	177	mensais
b	177.920	118.170	3.187	157	mensais
c	118.915	38.527	137	163	mensais
d	10.625	787	55	177	mensais
e	2.075	1.764	54	157	mensais
Total	417.000	221.897	8.964		

15. Debêntures: A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2020		31/12/2019	
1ª Emissão	10/2034	4,4% a.a.	230.903	218.233	230.903	218.233
Circulante			859	1.154		
Não circulante			230.044	217.079		

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	218.233	-
Adições	-	214.532
Pagamento de juros	(9.369)	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	22.039	3.701
Saldo no fim do exercício	230.903	218.233

Em 19 de novembro de 2019, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$230.000, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 4,4% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2020 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2034. Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2020	31/12/2019	
Parcela	Custo	Total	
2022	6.065	(1.354)	4.711
2023	6.065	(1.325)	4.740
2024	6.672	(1.295)	5.377
2025	7.885	(1.260)	6.625
2026	9.098	(1.218)	7.880
a partir de 2026	206.818	(6.107)	200.711
	242.603	(12.559)	230.044

Índices financeiros Ecoponte

	Exigido	Medido
Patrimônio líquido/passivo total	≥ 20%	33,3%
ICSD - Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,30	2,64

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data nominal	Valor emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
IPCA+					
Série única	19/11/2019	230.000	(15.246)	214.754	4,4% a.a.
		230.000	(15.246)	214.754	

16. Arrendamentos a Pagar: As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	526	29
Circulante	69	20
Não circulante	457	9

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo do início do exercício	29	-
Adições	621	82
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	51	68
Pagamento principal	(124)	(53)
Pagamento de juros	(51)	(68)
Saldo no fim do exercício	526	29

17. Partes Relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está in-

Companhia	Natureza	Circulante	Não circulante	Passivo Circulante	Passivo Não circulante	Resultado Custo	Resultado Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	673	-	2.942	2.311
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	21	-	-	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	-	-	55	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	46	-	-	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (c)	Outras partes relacionadas	-	64.884	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020		67	64.884	728	-	2.942	2.311
Total em 31 de dezembro de 2019		-	161.852	12.693	-	3.072	1.452

(a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$8.472, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto a pagar de R\$646 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (b) A Companhia e sua Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua Controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra Óptica (Ecoponte loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso. Em 31 de dezembro de 2020 este valor atualizado é de R\$19 por mês. (c) O Consórcio Alças da Ponte, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte Rio-Niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O preço global firmado é de R\$354.483 e o prazo de execução desses serviços é em 30 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 não há saldo em aberto a pagar. (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram cedidas garantias aos credores. Remuneração de administradores: Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados e plano de opções com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a títulos de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2020 em R\$1.176 (R\$825 em 31 de dezembro de 2019). A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração (fixa/variável)	726	518
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	41	(91)
Seguro de vida	2	2
Assistência saúde	98	92
Previdência privada	43	38
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS)	134	86
	1.044	645

18. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelas:		
Taxa de fiscalização ANTT	297	290
	297	290
Circulante	297	290

Conforme contrato da Companhia, firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago o título de fiscalização o valor de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado é de R\$297 (R\$290 em 31 de dezembro de 2019). A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	290	276
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	3.535	3.408
Pagamento do principal	(3.528)	(3.394)
Saldo no final do exercício	297	290

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2020, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

Natureza dos custos	Previsão de 2020 ao fim da concessão	
	31/12/2020	31/12/2019
Melhorias na infraestrutura	233.874	354.944
Conservação especial (manutenção)	186.060	300.706
Equipamentos	92.183	88.810
	512.117	744.460

19. Provisão para Construção de Obras: Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 9,50% a.a., correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto corresponderá ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC. Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2019	Efeito financeiro (intangível)		31/12/2020
		Paga-mento	Efeito financeiro	
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção	(94.856)	-	(65)	(94.921)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	10.056	-	74	10.130
Atualização Monetária	-	534	-	534
	780	534	(65)	1.323
Circulante	13	-	-	138
Não circulante	767	-	-	1.185

	31/12/2018	Efeito financeiro (intangível)		31/12/2019
		Paga-mento	Efeito financeiro	
Constituição da provisão para obras futuras	96.896	-	-	96.896
Efeito do valor presente sobre a constituição	(11.316)	-	-	(11.316)
Realização da construção	(37.077)	-	(57.779)	(94.856)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	9.601	-	455	10.056
	58.104	-	(57.779)	455
Circulante	50.405	-	-	13
Não circulante	7.699	-	-	767

20. Provisão para Manutenção: Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com a taxa de 9,90% ao ano, correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC. Os valores são provisionados por trecho e as indenizações ocorrem, em média, a cada cinco anos. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

serida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis).

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	14.110	13.923
Conservação e manutenção	4.928	5.582
Serviços de terceiros (*)	12.967	11.492
Seguros	2.050	2.086
Poder Concedente (Vide Nota Explicativa nº 18)	3.535	3.408
Provisão para manutenção (Vide Nota Explicativa nº 20)	9.153	20.524
Custo de construção de obras	135.710	247.193
Depreciações e amortizações (Vide Notas Explicativas nº 11 e nº 12)	13.826	15.757
Locação de imóveis e máquinas	390	444
Outros custos e despesas operacionais	5.542	4.861
	202.211	325.270

Classificados como:
Custo dos serviços prestados 188.900 313.713
Despesas gerais e administrativas 13.311 11.557
202.211 325.270

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

25. Resultado Financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.101	2.698
Variação monetária sobre créditos fiscais	3	-
Outras	16	16
	4.120	2.714
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(10.423)	(1.154)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.874)	(13.346)
Variação monetária sobre debêntures	(10.277)	(2.324)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(19)	(281)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.339)	(223)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e construção de obras	(2.670)	(3.619)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(7)	(10)
Juros Capitalizados	4.242	9.832
Jus/COFINS sobre outras receitas financeiras	(241)	(126)
Juros arrendamentos a pagar CPC 06 (R2)	(51)	(68)
Outras	(666)	(2.494)
	(38.325)	(13.813)
	(34.205)	(11.099)

26. Lucro por Ação - a) Lucro básico por ação: O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico e diluído por ação	2.773	23.375
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico e diluído por ação	147.368	137.321
Lucro básico e diluído por ação das operações continuadas	0,02	0,17

b) Lucro diluído por ação: A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois, o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

27. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros - Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. **Índices de endividamento**

	31/12/2020	31/12/2019
Dívida (i)	451.857	415.096
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva - vinculados	(111.139)	(192.627)
Dívida líquida	340.718	222.469
Patrimônio líquido (ii)	202.836	200.722
Índice de endividamento líquido	1,68	1,11

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, arrendamentos a pagar, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 18. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elegerá as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva: são formadas por fundos

Conselho de Administração

Membros Efetivos: **NICOLÒ CAFFO** (Presidente do CA)
MARCELLO GUIDOTTI
MARCELO LUIZ
ALBERTO LUIZ LODI

de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 105,0% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. (Em 31 de dezembro de 2019 era 97,9% do CDI). • Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Valor justo através do resultado	2.615	2.615
Clientes (i)	Custo amortizado	4.707	4.707
Aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado	112.482	112.482
Passivos:			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	5.900	5.900
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	220.131	219.262
Debêntures (iii)	Custo amortizado	230.903	239.086
Arrendamentos a pagar (iii)	Custo amortizado	526	526
Obrigações com Poder Concedente (iv)	Custo amortizado	297	297
Phantom Stock Option (v)	Custo amortizado	111	111

(a) Os saldos das rubricas de "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (b) Os saldos de caixa e aplicações financeiras e aplicações financeiras - conta reserva aproximam-se do valor justo na data do balanço. (c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (d) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio; Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e Imagem, credibilidade e reputação.

Compliance. Reputacional. No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco da taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo

instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em Caixa, Equivalentes de Caixa e Clientes. Afim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$3.244 (R\$4.105 em 31 de dezembro de 2019), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros Próximos Entre 13 e 25 e 37 meses				
	efetiva - % a.a.	12 meses	24 meses	36 meses em diante	
BNDES	TJLP + 3,48% a.a.	7.935	7.935	7.935	68.771
BNDES	TJLP + 3,48% a.a.	15.388	15.388	15.388	138.492
BNDES	TJLP 188	188	188	188	1.693
BNDES	TJLP + 3,48% a.a.	4.689	4.689	4.689	49.231
Debêntures...	4,40% a.a.	13.340	18.110	18.492	472.667
Arrendamento a pagar	Conforme contrato individual	69	64	25	367
		41.609	46.374	46.717	731.221

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		cenário I provável	cenário II - 25%	cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	3.204	4.005	4.806
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do TJLP	(17.132)	(24.432)	(32.912)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(13.271)	(13.500)	(13.731)
Juros a incorrer, líquidos		(27.199)	(33.927)	(41.837)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	4,42%	5,53%	6,63%
TJLP (b)	4,75%	5,94%	7,13%
IPCA (c)	4,01%	5,01%	6,02%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - Dezembro/2020.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

28. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 6. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transações que não envolvem caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2020
Direito de uso - CPC 06 (R2)	621

29. Informação por Segmento de Negócio: A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Diretoria	
Diretor Presidente	ALBERTO LUIZ LODI
Diretor Superintendente e de Relações Investidores	JULIO CEZAR MOREIRA DE AMORIM
Contadora:	Ana Silvia de Almeida
	CRC SP - CRC SP 159542/O-3 RJ

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3 (f)) A Companhia reconhece sua receita de acordo com a utilização dos pedágios pelos usuários. Essas transações são de alto volume transacional (registra a transação por veículo ou praça de pedágio) e são geradas por sistemas operacionais próprios que registram todas as transações por cabines e praças de pedágio. Em relação ao preço, estes são pactuados nos contratos de concessão e após reajustes anuais de acordo com cada contrato. Após o fechamento diário das operações pelas cabines de pedágio, o sistema integra as informações com os sistemas financeiros para o registro contábil das transações. Essa área foi considerada como uma das principais em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita é complexo, uma vez que envolve alto volume de transações em localidades diferentes, e pela relevância no resultado do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a integração das informações do sistema operacional para o sistema financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema operacional durante o exercício e o sistema financeiro, contábil e com os registros fiscais da Companhia. Também aplicamos procedimentos de confirmação junto a terceiros para validar o volume de transações automáticas gerados no exercício, testamos a documentação do controle de caixa das cabines e, com base amostral, testamos as transações geradas de forma manual, onde o pagamento é realizado através de numerários. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que as informações divulgadas estão consistentes com os dados e documentos obtidos.
Redução do valor recuperável dos ativos não circulantes	
Intangível das concessões Os saldos de ativos intangíveis de concessão (Nota 12), representados pelos investimentos para a operação da concessão, são ativos não financeiros registrados ao custo amortizado pelo prazo da concessão. Esse saldo, que em 31 de dezembro de 2020 monta a R\$ 567 milhões, não deve exceder o valor líquido realizável. A capacidade de recuperação desse ativo é baseada em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com inerente alto grau de julgamento. Entre os pressupostos que mais impactam o valor recuperável constam as projeções dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de nossa auditoria pela relevância dos valores, associado ao fato que envolve julgamentos significativos da administração da Companhia.	Entre outros procedimentos, e com o apoio de nossos especialistas internos em avaliação de negócios, efetuamos o entendimento dos controles internos para a elaboração e revisão das premissas adotadas pela administração para a determinação do valor recuperável. Adicionalmente, testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários extraordinários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação da curva de tráfego. No contexto de nossa auditoria, consideramos que as metodologias de avaliação, julgamentos e as premissas adotadas pela administração são razoáveis e as divulgações são consistentes com dados e informações obtidas.
Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão (Notas 4 e 12) Os contratos de concessão preveem a realização de investimentos relevantes para a construção e melhorias da infraestrutura necessária para a operação, que montaram R\$ 131 milhões no exercício de 2020. Como a capitalização desses investimentos requer julgamento crítico da administração, e devido a relevância dos valores envolvidos, entendemos que este tema deve ser considerado como um dos principais assuntos em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para identificar e monitorar os gastos realizados para cada contrato de concessão e a correta classificação contábil em função da natureza dos respectivos gastos. Realizamos procedimentos de reconciliação entre os controles internos elaborados pela Companhia e as informações registradas na contabilidade. Adicionalmente, aplicamos testes documentais, onde analisamos os contratos e, em base amostral, inspecionamos as medições, as notas fiscais e os comprovantes de pagamento. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que julgamentos e critérios utilizados pela administração em relação a esse tema são consistentes e estão suportados, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 21 de fevereiro de 2020, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.